# CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS

00006497400053002 7D2024EB401E08E

## MOÇÃO

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores.*

*Moção de Repúdio*

*A Câmara de Vereadores de Pelotas, através dos vereadores e entidades que abaixo assinam, vimos a público manifestar repúdio em relação à proposta de revogar cerca de cem portarias sobre saúde mental editadas entre 1991 e 2014. A revogação levará ao encerramento de vários programas do Sistema Único de Saúde (SUS), como o de reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar, as equipes de Consultório na Rua, o Serviço Residencial Terapêutico e a Comissão de Acompanhamento do Programa De Volta para Casa.Também corre risco a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes ao uso de álcool e outras drogas.*

*Nosso País é adepto da Reforma Psiquiátrica a qual prevê dispositivos de atenção à saúde mental de forma integral, não excludente e o cuidado em liberdade mediante ao acesso dos serviços de base territorial. Tal conquista foi conseguida pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, formada por usuárias/os , familiares, estudantes, docentes, trabalhadoras/es da saúde mental implicadas/os com o cuidado humanizado, integral, digno e resolutivo com as pessoas em sofrimento psíquico e/ou transtorno mental, resultando na Reforma Psiquiátrica Brasileira que foi promulgada pela Lei n°10.216/2001 que prevê o fechamento gradual dos manicômios.*

*Na prática há um fim do atendimento em liberdade e retorno a centralidade do 'tratamento' em Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas, trazendo o retorno de uma prática que promove despersonificação dos indivíduos, a exclusão familiar e social, o retorno do estigma social de forma mais intensa, a cronificação dos quadros psicopatológicos o que resulta também em maiores gastos públicos, com o agravante de que as Comunidades Terapêuticas ainda possuem o mesmo formato dos Hospitais Psiquiátricos, mas voltadas à pessoas em uso de álcool e outras drogas, não tendo a obrigatoriedade de ofertar tratamento multidisciplinar, além de promover inúmeras violações de direitos humanos.*

*Nós nos solidarizamos aos usuários, familiares, profissionais de saúde mental e a população em geral na luta pela garantia dos direitos e de uma atenção à saúde mental integral, universal, equânime e de base territorial, pois compreendemos a importância da RAPS como uma estrutura de cuidado comprometido com as políticas públicas do SUS, da Constituição Federal e do Direitos Humanos.*



Criado Por: FERNANDAP

# CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS

00006497400053002 7D2024EB401E08E

*Assinam junto aos vereadores:*

*Coletiva de Mulheres Que Ouvem Vozes (CMOV)*
*Associação dos/as Usuários/as dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas (AUSSMPE)*
*Coletivo Povaréu Sul - Arte, Saúde e Educação Popular*
*Grupo de Pesquisa em Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva (UFPEL)*
*Faculdade de Enfermagem (UFPEL)*

** Segue em apenso nota da*
*Associação dos/as Usuários/as dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas (AUSSMPE)*
*Grupo de Pesquisa em Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva (UFPEL)*
*Faculdade de Enfermagem (UFPEL)*

*Fernanda Miranda*
*Ivan Duarte*
*Antônio Peres*
*Luiz Eduardo Brod Nogueira (Professor Adinho)*
*Marcus Cunha*

*Câmara Municipal de Pelotas, 15 de dezembro de 2020*



Criado Por: FERNANDAP

Nós, presidente, vice – presidenta e integrantes da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas (AUSSMPE), integrantes da Coletiva de Mulheres que Ouvem Vozes (CMOV) e do Coletivo Povaréu Sul – Arte, Saúde e Educação Popular vimos a público manifestar nosso repúdio aos ataques que a Política Nacional de Saúde Mental vem sofrendo por parte do Ministério da Saúde.

Há 18 anos, a AUSSMPE faz história na luta antimanicomial tendo como as/os protagonistas/os usuárias/os e ex-usuárias/os dos serviços de saúde mental da cidade de Pelotas. Tem um papel fundamental na militância por avanços na Política Nacional de Saúde Mental e no que tange a saúde mental do município de Pelotas e na região Sul. É modelo para todo o Brasil, pois é uma associação fundada, organizada, desenvolvida e gerida por *expert por experiência*, que se autodenominam muitas vezes como os sobreviventes da psiquiatria.

Deste modo, em absoluto não concordamos com tratamentos em hospitais psiquiátricos, Comunidades Terapêuticas ou qualquer outro espaço segregatório, principalmente porque a grande maioria de nós já passou por esse lugar de violação de direitos humanos, sofremos na pele, na moral e na alma toda a dor que esse tipo de serviço pode provocar: isolamento, estigma, sedação, contenção, choque, anulação, silenciamento, retirada de direitos, de sonhos, de vida, de dignidade. Defendemos o cuidado em liberdade e caso haja a necessidade de internação que seja realizada em hospitais gerais com leitos de saúde mental ou nos CAPS III.

Há dois anos, a CMOV surge como um movimento social e político na produção de práticas de liberdade no cuidado e na produção de vida de pessoas que tem na sua história de vida a experiência de ouvir vozes, aliada a militância antimanicomial e embasada pelo Movimento Internacional de Ouvidores de Vozes. Somos fruto do Grupo de Pesquisa em Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva e da AUSSMPE e acreditamos que nosso papel como mulheres estudantes, pesquisadoras, professoras, trabalhadoras da saúde, *expert por experiência,* sobreviventes da psiquiatria é lutar para a manutenção e qualificação da Política de Saúde Mental, que ela esteja em consonância com a Lei 10.216/2001, com as Conferências de Saúde Mental, com o declaração dos direitos humanos e a declaração dos direitos dos/as ouvidores/as de vozes.

O Coletivo Povaréu Sul opera via Tendas do Afeto Popular na rua em diálogo permanente com práticas de produção de saúde e saúde mental, valorizando a

experiencia singular e coletiva das pessoas, com práticas integrativas e complementares de cuidado e fomentando a problematização das opressões, como a manicomialização da vida.

Hospitais psiquiátricos NÃO são e NUNCA foram lugar de cuidado em saúde mental. Representam a manutenção das velhas práticas psiquiátricas que trazem sequelas para toda a sociedade, atingindo fortemente as minorias sociais, que são as maiorias populacionais, pois sua forma de conceber e tratar a saúde mental serve para a manutenção dos interesses do patriarcado e do capitalismo, uma vez que é uma instituição segregacionista e opressora alicerçada em teorias e práticas machistas, misóginas, sexistas, racistas, classistas, fascistas, entre outras.

Portanto, este manifesto é para ratificar nosso apoio e reconhecimento da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica Brasileira como alicerce para a assistência em saúde mental. Dessa forma, defendemos que a Política Nacional de Saúde Mental seja por elas embasadas, pois acreditamos que somente assim avançaremos em direção a qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no cuidado em liberdade e garantia da dignidade.

Nós, líder, vice- líder e integrantes do Grupo de Pesquisa em Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pelotas, vimos a público manifestar nosso repúdio aos ataques que a Política Nacional de Saúde Mental vem sofrendo por parte do Ministério da Saúde. Há 20 anos, o grupo vem realizando pesquisas qualitativas, quantitativas e mistas que comprovam a eficácia dos serviços de base territorial no cuidado em saúde mental, apesar de nem sempre receberem investimentos suficientes para tal.

Desde 2016 a Política Nacional de Saúde Mental vem sofrendo ameaças, trazendo para o cenário de cuidado a internação em saúde mental em serviços segregatórios como os Hospitais Psiquiátricos e as Comunidades Terapêuticas. A "nova" política fere a Constituição Federal (1988), as Leis n° 10/216/2001, nº 8080/90, nº8142/90 e outras recomendações e portarias que garantem e defendem o cuidado em liberdade e os direitos humanos das/os pessoas em sofrimento e/ou transtorno mental. Dessa forma, entendemos que as propostas defendidas para a "nova" Política de Saúde Mental representam um retrocesso no campo da saúde e dos direitos humanos.

Repudiamos os ataques a Política Nacional de Saúde Mental e reforçamos nosso apoio e reconhecimento ao Movimento da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica Brasileira como alicerces para o cuidado em saúde mental, pois os avanços garantido por ambos os movimentos são cientificamente comprovados pelas nossas pesquisas, realizadas de acordo com os preceitos éticos e com responsabilidade social.

**Manifesto da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas em defesa da Política de Saúde Mental**

A Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas vem através deste manifestar publicamente o repúdio a proposta apresentada pelo Ministério da Saúde, que propõe alterar e revogar as portarias que orientam a Política de Saúde Mental do Brasil.

Somos uma instituição de 44 anos que desde 2008 assumiu como modelo de formação dos enfermeiros a atenção psicossocial, um modelo constituído ao longo de mais de 30 anos de Reforma Psiquiátrica que está comprometido com o cuidado em liberdade. Entendemos que os hospitais psiquiátricos não são um lugar de formação, pois não é um lugar de cuidado e sim de exclusão e segregação, que retira a autonomia e a liberdade dos sujeitos, que mantém práticas psiquiatrizantes e cronificantes.

Defendemos a Política Nacional de Saúde Mental legitimada pela Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas em sofrimento psíquico e/ou portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo de assistência em saúde mental, priorizando o cuidado em liberdade desenvolvido pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Reafirmamos a potência e a importância da RAPS que possibilita um trabalho intersetorial e interdisciplinar através dos serviços de base territorial, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Atenção Básica, Residencial Terapêutico, leitos em hospital geral, redução de danos, consultório na rua, dentre outros serviços que prezam pela liberdade, autonomia e cidadania das pessoas com transtorno mental. Ainda acrescentamos a importância das novas abordagens em saúde mental como grupos de auto mutuo ajuda (AMA), grupo de ouvidores de vozes, Gestão autônoma da medicação (GAM), do diálogo aberto, da atenção plena e das Práticas integrativas e complementares.

O movimento da Reforma Psiquiátrica e as Políticas de Saúde Mental no Brasil foram construídas com participação de todos os atores (usuários, trabalhadores, sociedade civil, pesquisadores e instituições governamentais) e, referendadas por quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental.

A revogação das portarias pelo Ministério de Saúde coloca em risco a reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar, as equipes dos Consultórios de Rua e o Programa De Volta pra Casa.

Essa proposta do Ministério da Saúde é um ataque ao cuidado em saúde mental com base territorial e em liberdade, e representa mais um ato de desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) que tem se mostrado um sistema de extrema importância principalmente neste momento de pandemia.

Este manifesto é de apoio a Luta Antimanicomial, a Reforma Psiquiátrica Brasileira como prática de cuidado em saúde mental, e defesa da Política Nacional de Saúde Mental. Apoiamos a Frente Ampliada em Defesa da Luta Antimanicomial, que se organizou para evitar retrocessos e a desassistência à população. Por fim, estamos na luta como Faculdade de Enfermagem em defesa do SUS e por uma saúde mental que acolha e cuide de todos.

11/12/2020

Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas